

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD
CONCURSO PÚBLICO para o cargo de GESTOR AMBIENTAL – SEMAD**

Direito

**PROVA
S13 - P**

ATENÇÃO:
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas.



**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS,
A FRASE DO ESCRITOR GUIMARÃES ROSA PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

“A água de boa qualidade é como a saúde ou a liberdade: só tem valor quando acaba.”

ATENÇÃO

DURAÇÃO DA PROVA: 5 horas.

ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO, e REDAÇÃO:

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	15	1
Legislação Ambiental	10	1
Gestão Pública e Noções de Direito	15	1
Conhecimentos Específicos	20	1

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e Folha de Resposta da Redação. Não se esqueça dos seus pertences.
- A Redação deverá ser desenvolvida na Folha de Respostas, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha de Respostas da Redação é o único documento válido para a correção.
- O preenchimento da Folha de Respostas será de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

Ecosofia é um curioso neologismo que ganha vida a partir do fim da década de 60 do século XX. Ainda que não seja possível identificar com certeza o inventor do termo, investigações em livros e artigos dão algumas pistas sobre o contexto de seu surgimento. O uso da palavra *ecosofia* era amplo entre ativistas da questão ecológica, mesmo em uma época na qual temas ambientais ainda não haviam se convertido em prioridade. Por se tratar de um termo recente, não há um claro consenso de seu significado, sendo possível encontrar as mais diferentes definições. Mas, ao menos em um ponto, a maioria dos autores parece concordar: *Ecosofia* não é apenas uma “filosofia da ecologia”, e sim uma postura ativista e política que objetiva agir no mundo, mais do que simplesmente pensá-lo.

“A Filosofia sempre chega tarde demais”, disse certa vez o filósofo alemão Georg Friedrich Hegel (1770-1831), usando a coruja e seu voo crepuscular como alegoria. Mas não interessa aos ecosofistas a imagem da coruja de Atenas, a alçar voo apenas quando o dia se findou. Há no mínimo duas maneiras de encarar essa associação: na melhor das hipóteses, a Filosofia teria – assim como a coruja – a capacidade de enxergar na escuridão, de ver o que ninguém mais vê e ouvir o que ninguém mais ouve. Mas há o aspecto triste de tudo isso: haveria pouco, muito pouco que a Filosofia poderia fazer pelo mundo, com sua compreensão tardia, com seu voo que ocorre somente quando o dia já morreu. Limitar-se a explicar o que se passou, decolando apenas no ocaso da vida, não é algo que atraia os ecosofistas. Nesse sentido, eles parecem se aproximar mais da perspectiva marxista da Filosofia. Para Karl Marx (1818-1883), os filósofos não deveriam mais se contentar em interpretar o mundo, mas teriam a obrigação ética de agir sobre ele.

Na *Ecosofia*, não somos “amigos da sabedoria do ambiente”. A exemplo dos antigos gimnosofistas hindus, a sabedoria é buscada no corpo, nos sentidos, em uma relação fisiológica com a natureza, não exigindo, portanto, grande erudição, mas sim atenção ao ambiente. E prioriza, sobretudo, uma existência focalizada no necessário, combatendo os supérfluos. Quando um índio, por exemplo, extrai do amapazeiro o leite suficiente para a nutrição de sua família, não se preocupando em retirá-lo para vendê-lo e acumular lucro, está assumindo uma postura ecosofista, mesmo que seja de modo involuntário, pois compreende a importância de retirar apenas o necessário à sua sobrevivência. Uma das bases fundamentais da *Ecosofia*, de acordo com diferentes autores, é a rejeição a tudo o que é excedente. “Sabedoria do ambiente” seria mais do

que ecofilosofia, pois envolve uma abordagem bem mais orgânica e ativista do que mental.

Um dos primeiros textos a utilizar o termo *Ecosofia* mais amplamente é de 1971 e critica duramente a militância ambiental. Trata-se do livro *In Defense of People: Ecology and Seduction of Radicalism*, escrito pelo religioso Richard Neuhaus (1936-2009). Neuhaus, ministro luterano depois convertido ao catolicismo e tornado padre, foi conselheiro do presidente Georg Bush em questões ambientais. Alinhado com o paradigma antropocêntrico religioso, que dispõe o homem como centro do mundo e a natureza como sua serva, Neuhaus criticava o que chamava de “catastrofismo” das militâncias ecológicas e acusava os militantes de tentarem impedir o caminho do progresso. Vale lembrar que a própria *Bíblia* – livro fundamental para compreendermos o pensamento de Neuhaus – explicita a soberania do homem sobre a natureza em *Genesis*: “E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança: domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra. Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou”.

DODSWORTH-MAGNAVITA, Alexey. Rev. *Filosofia*: julho de 2012, p. 1

Questão 01

O item que o autor exclui do rol de características essenciais da *Ecosofia* é o seguinte:

- A) relação fisiológica com o ambiente natural.
- B) priorização de uma filosofia da natureza.
- C) obrigação ética de agir sobre o mundo.
- D) abordagem mais orgânica e ativista que mental.

Questão 02

No texto, os componentes de todos os pares que se seguem opõem-se ideologicamente entre si, EXCETO:

- A) Ecofilosofia / perspectiva marxista da Filosofia.
- B) paradigma antropocêntrico religioso / *Ecosofia*.
- C) “sabedoria do ambiente” / Ecofilosofia.
- D) *Ecosofia* / sabedoria dos antigos gimnosofistas hindus.

Questão 03

O autor emprega forma verbal para sinalizar o fato de que o conteúdo do enunciado deve ser entendido, não como certo, mas apenas como possível, em:

- A) “O uso da palavra *ecosofia* era amplo entre ativistas da questão ecológica [...]” (§ 1)
- B) “[...] não interessa aos ecosofistas a imagem da coruja de Atenas [...]” (§ 2)
- C) “[...] a Filosofia teria [...] a capacidade de enxergar na escuridão [...]” (§ 2)
- D) “[...] a própria *Bíblia* [...] explicita a soberania do homem sobre a natureza [...]” (§ 4)

Questão 04

Há evidente equívoco na indicação do segmento de texto a que se refere o pronome destacado em:

- A) “[...] com SEU voo que ocorre somente quando o dia já morreu” (§ 2) / a coruja
- B) “[...] mas teriam a obrigação ética de agir sobre ELE” (§ 2) / o mundo
- C) “[...] QUE dispõe o homem como centro do mundo [...]” (§ 4) / o paradigma antropocêntrico religioso
- D) “[...] e a natureza como SUA serva [...]” (§ 4) / o homem

Questão 05

Nos enunciados: “Há no mínimo duas maneiras de encarar essa associação:” e “Mas há o aspecto triste de tudo isso:” (ambos no § 2), o uso do sinal de dois-pontos anuncia, respectivamente:

- A) esclarecimento – consequência
- B) discriminação – esclarecimento
- C) consequência – síntese
- D) síntese – citação

Questão 06

A alternativa em que há indiscutível EQUÍVOCO na determinação do valor relacional que a locução em destaque manifesta no texto é:

- A) ASSIM COMO a coruja (§ 2) / comparação
- B) MESMO QUE seja de modo involuntário (§ 3) / concessão
- C) DE ACORDO COM diferentes autores (§ 3) / conformidade
- D) MAIS DO QUE ecofilosofia (§ 3) / proporção

Questão 07

Há correspondência semântica entre a preposição em destaque e a locução indicada para substituí-la em todos os contextos a seguir, EXCETO em:

- A) “[...] dão algumas pistas SOBRE o contexto de seu surgimento.” (§ 1) / em função de
- B) “[...] era amplo ENTRE ativistas da questão ecológica [...]” (§ 1) / no seio de
- C) “[...] não há um claro consenso DE seu significado [...]” (§ 1) / no que concerne a
- D) “[...] não se preocupando em retirá-lo PARA vendê-lo [...]” (§ 3) / com o propósito de

Questão 08

Em: “Por se tratar de um termo recente, não há um claro consenso de seu significado [...]” (§ 1), a preposição POR introduz a mesma circunstância que em:

- A) vagar por terras nunca vistas.
- B) expressar por gestos eloquentes.
- C) batalhar por conseguir manter a família.
- D) sofrer por amor de alguém.

Questão 09

Altera-se o sentido de: “Ainda que não seja possível identificar com certeza o inventor do termo, investigações em livros e artigos dão algumas pistas sobre o contexto de seu surgimento.” (§ 1) caso se reescreva a primeira oração como:

- A) Conquanto não seja possível
- B) Se bem que não seja possível
- C) Visto não ser possível
- D) A despeito de não ser possível

Questão 10

Altera-se o sentido de “ALINHADO COM O PARADIGMA ANTROPOCÊNTRICO RELIGIOSO [...], Neuhaus criticava o que chamava de ‘catastrofismo’ das militâncias ecológicas [...]” (§ 4) com a seguinte redação do segmento em destaque:

- A) Como era alinhado com o paradigma antropocêntrico religioso.
- B) Alinhado que era com o paradigma antropocêntrico religioso.
- C) Uma vez que alinhado com o paradigma antropocêntrico religioso.
- D) Ao ser alinhado com o paradigma antropocêntrico religioso.

Questão 11

A alternativa em que há evidente EQUÍVOCO na determinação da relação semântica entre as palavras em destaque é:

- A) um claro CONSENSO (§ 1) / um ACORDO justo (sinonímia).
- B) quando o dia já MORREU (§ 2) / NASCEU há dois dias (antonímia).
- C) no OCASO da vida (§ 2) / ocorreu por ACASO (paronímia).
- D) uma POSTURA ecosofista (§ 3) / uma ATITUDE digna (polissemia).

Questão 12

Considerado o padrão culto da língua portuguesa, incidirá em ERRO de regência aquele que reescrever a oração adjetiva de: “[...] e sim uma postura ativista e política que objetiva agir no mundo [...]” (§ 1) como:

- A) que o objetivo é agir no mundo.
- B) com que se objetiva agir no mundo.
- C) cujo objetivo é agir no mundo.
- D) por via da qual se objetiva agir no mundo.

Questão 13

A substituição do complemento verbal em destaque por pronome átono ocasiona ERRO de regência em:

- A) Investigações em livros e artigos dão ALGUMAS PISTAS (§ 1) / dão-nas.
- B) Mas não interessa AOS ECOSOFISTAS a imagem da coruja (§ 2) / lhes interessa.
- C) que dispõe O HOMEM como centro do mundo (§ 4) / o dispõe.
- D) acusava os militantes de tentarem impedir O CAMINHO DO PROGRESSO. (§ 4) / impedir-lhe.

Questão 14

Apresenta-se um bom exemplo de concordância verbal facultativa, segundo as normas descritas pela gramática, em:

- A) temas ambientais ainda não HAVIAM se convertido em prioridade (§ 1) / havia.
- B) a maioria dos autores PARECE concordar (§ 1) / parecem.
- C) e sim uma postura ativista e política que OBJETIVA agir no mundo (§ 1) / objetivam.
- D) não INTERESSA aos ecosofistas a imagem da coruja de Atenas (§ 2) / interessam.

Questão 15

A alternativa em que todos os sufixos (em destaque) formam substantivos de verbos para exprimir a noção de “agente” é a seguinte:

- A) ecosofISTA – luterANO – catastrofISMO
- B) certEZA – capaciDADE – abordAGEM
- C) inventOR – presidENTE – militANTE
- D) investigaÇÃO – militÂNCIA – soberanIA

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

Questão 16

Assinale a alternativa que, de acordo com a Lei nº 6.938/1981, contenha um dos princípios da Política Nacional de Meio Ambiente, nos termos do seu artigo 2º.

- A) Planejamento do uso dos recursos ambientais, mas não fiscalização destes, por não se tratar de matéria prevista na legislação em análise.
- B) Proteção dos ecossistemas, sem a preservação de áreas representativas.
- C) Educação ambiental obrigatória apenas aos alunos que estejam cursando o Ensino Médio.
- D) Acompanhamento do estado da qualidade ambiental.

Questão 17

Segundo o artigo 9º da Lei nº 6.938/1981, qual é o instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente?

- A) O sistema estadual do meio ambiente.
- B) O Cadastro Técnico Estadual de atividades potencialmente poluidoras.
- C) O licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.
- D) A criação de espaços territoriais protegidos exclusivamente pelo Poder Público Estadual, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.

Questão 18

Nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.938/1981, compete ao CONAMA:

- A) determinar, sem que haja qualquer representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.
- B) estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.
- C) estabelecer, independente de qualquer proposta, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA.
- D) estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante a autorização dos Chefes de Estado e do Presidente do CONAMA.

Questão 19

Considerando o que dispõe o artigo 3º da Lei Complementar nº 140/2011, constitui objetivo fundamental da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência comum:

- A) harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar a sobreposição de atuação entre os entes federativos, de forma a evitar conflitos de atribuições e garantir uma atuação administrativa eficiente.
- B) proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão centralizada, democrática e eficiente.
- C) garantir o equilíbrio do desenvolvimento político econômico com a proteção ambiental, observando a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais.
- D) garantir uma política ambiental nacional, sem observância das peculiaridades regionais e locais.

Questão 20

O artigo 4º da Lei Complementar nº 140/2011 prevê instrumentos de cooperação institucional entre os entes federativos. Assinale a alternativa que contenha um dos instrumentos de cooperação previstos no referido artigo.

- A) Consórcios privados, nos termos da legislação em vigor.
- B) Comissões Quadripartites em âmbito nacional e Tripartites no âmbito estadual e no Distrito Federal.
- C) Delegação da execução de ações administrativas de um ente federativo a outro, independente do preenchimento de qualquer requisito.
- D) Fundos públicos e privados e outros instrumentos econômicos.

Questão 21

Em relação ao artigo 4º da Lei nº 12.651/2012, que trata das Áreas de Preservação Permanente, as áreas no entorno de lagos e lagoas naturais, em zonas urbanas, devem respeitar faixa com largura mínima de:

- A) 30 (trinta) metros.
- B) 50 (cinquenta) metros.
- C) 100 (cem) metros.
- D) 200 (duzentos) metros.

Questão 22

Nos termos da Lei nº 12.651/2012, aos proprietários e possuidores dos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, detinham até 10 (dez) módulos fiscais e desenvolviam atividades agrossilvipastoris nas áreas consolidadas em Área de Preservação Permanente é garantido que a exigência de recomposição, somadas todas as áreas de Preservação Permanente do imóvel, não ultrapassará:

- A) 5% (cinco por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 3 (três) módulos fiscais.
- B) 10% (dez por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) e de até 4 (quatro) módulos fiscais.
- C) 15% (quinze por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 3 (três) módulos fiscais.
- D) 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) e de até 4 (quatro) módulos fiscais.

Questão 23

Em relação ao Decreto nº 6.660/2008, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, NÃO constitui enriquecimento ecológico a atividade que importe a supressão ou o corte de:

- A) espécies nativas que não integrem a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constantes de listas de Estados.
- B) espécie heliófilas que, mesmo apresentando comportamento pioneiro, caracterizam formações climáticas.
- C) vegetação secundária.
- D) espécies florestais arbóreas em vegetação primária no estágio avançado de regeneração.

Questão 24

Conforme dispõe o artigo 16 da Lei nº 9.605/1998, a pena por crime ambiental pode ser suspensa nos casos em que a pena privativa de liberdade não seja superior ao período de:

- A) 3 anos.
- B) 4 anos.
- C) 5 anos.
- D) 6 anos.

Questão 25

Assinale a alternativa que contenha um dos princípios que regem a Política Nacional da Biodiversidade, nos termos do artigo 2º, do anexo do Decreto Federal nº 4.339/2002.

- A) A diversidade biológica tem valor extrínseco, merecendo respeito, independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano.
- B) A conservação e a utilização sustentável da biodiversidade devem contribuir para o desenvolvimento político e social e para a erradicação da pobreza.
- C) As nações têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos biológicos, segundo suas políticas de meio ambiente e desenvolvimento.
- D) Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever restrito ao Poder Público protegê-lo para as futuras gerações.

GESTÃO PÚBLICA E NOÇÕES DE DIREITO

Questão 26

São princípios administrativos expressos na vigente Constituição da República Federativa do Brasil:

- A) legalidade e autotutela.
- B) impessoalidade e indisponibilidade.
- C) eficiência e precaução.
- D) publicidade e moralidade.

Questão 27

O artigo 1º, § 2º, II da Lei nº 9784/1999 define “entidade” como a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica. Gozando de personalidade autônoma, as entidades apresentam correlação direta com o fenômeno da:

- A) desconcentração.
- B) subordinação.
- C) descentralização.
- D) hierarquização.

Questão 28

No âmbito da responsabilidade civil extracontratual do Estado, a variação da teoria do risco, afastada no direito brasileiro pela inconveniência de transformar o Estado em indenizador universal é a do risco:

- A) integral.
- B) inexistente.
- C) administrativo.
- D) anormal.

Questão 29

Segundo a classificação dos agentes públicos, pode-se afirmar, que jurados e pessoas convocadas para serviços eleitorais – como os mesários – incluem-se na categoria dos:

- A) agentes políticos.
- B) servidores temporários.
- C) particulares colaboradores.
- D) cargos comissionados.

Questão 30

O requisito de validade do ato administrativo que marca a sua revelação pela exteriorização da vontade do agente administrativo, manifestada em conformidade com a norma jurídica, é denominado:

- A) competência.
- B) forma.
- C) objeto.
- D) imperatividade.

Questão 31

São fases do procedimento licitatório da concorrência:

- A) abertura e julgamento.
- B) convite e leilão.
- C) habilitação e pregão individual.
- D) classificação e movimentação.

Questão 32

Integram as funções essenciais à Justiça:

- A) a Advocacia e os Notários.
- B) a Defensoria Pública e o Ministério da Justiça.
- C) o Ministério Público e os Tribunais Superiores.
- D) a Advocacia Pública e a Advocacia.

Questão 33

Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, são bens públicos de titularidade dos Estados Federados:

- A) os potenciais de energia hidráulica.
- B) as ilhas fluviais e lacustres desde que não pertencentes à União.
- C) os recursos minerais, inclusive os do subsolo.
- D) as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos.

Questão 34

Com base na Lei nº 9784/1999 – disciplinadora das normas básicas do processo administrativo no âmbito da Administração Federal Direta e Indireta – a competência se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria e é:

- A) irrenunciável, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- B) absolutamente irrenunciável, proibida a delegação e a avocação.
- C) renunciável em qualquer caso, permitidas inclusive as hipóteses de delegação e avocação legalmente admitidas.
- D) irrenunciável, salvo apenas os casos de avocação legalmente admitidos.

Questão 35

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2011-2030 enfatiza a Governança em Rede como método de gestão capaz de contribuir com o projeto de “tornar Minas o melhor Estado para se viver.” O que se pode apontar como característica desse método gerencial?

- A) Centralização administrativa.
- B) Relação hierarquizada.
- C) Gestão regionalizada.
- D) Foco em ritos e procedimentos.

Questão 36

Segundo o mapa estratégico do Governo, NÃO compõe a organização do projeto de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais a seguinte referência:

- A) qualidade e produtividade do gasto.
- B) gestão para cidadania.
- C) gestão para resultados.
- D) progressividade tributária.

Questão 37

Conforme a Lei nº 869, de 05/07/1952, conceitua-se *carreira* como:

- A) agrupamento de cargos de uma mesma profissão.
- B) conjunto de classes de uma mesma profissão.
- C) conjunto de quadros de uma mesma repartição.
- D) agrupamento de cargos isolados de uma profissão.

Questão 38

De acordo com o Decreto nº 43.885/2004, são direitos do servidor público, decorrentes da conduta ética a ser mantida no ambiente de trabalho:

- A) publicidade absoluta das informações de ordem pessoal e ciência do teor de eventual acusação.
- B) manifestação sobre fatos que possam prejudicar seu desempenho ou reputação e atuação em defesa exclusiva do interesse pessoal.
- C) sigilo à informação de ordem pessoal e igualdade de acesso a oportunidades de crescimento intelectual e profissional.
- D) liberdade irrestrita de manifestação e atuação em defesa de interesse ou direito legítimo.

Questão 39

Em conformidade com a Lei Delegada nº 174/2007, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo ou de função pública, nomeado ou designado para o exercício de cargo de provimento em comissão, poderá optar pelo vencimento desse cargo ou:

- A) pela remuneração de seu cargo efetivo ou função pública, acrescida de 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo de provimento em comissão.
- B) pelo vencimento de seu cargo efetivo ou função pública, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).
- C) pela remuneração de seu cargo efetivo ou função pública, acrescida de 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do cargo de provimento em comissão.
- D) pela remuneração de seu cargo efetivo ou função pública, acrescida de 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo de provimento em comissão.

Questão 40

Considerando as finalidades e competências da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, estabelecidas no Decreto nº 45.824/2011, compete à referida Secretaria:

- A) coordenar isolada e exclusivamente o zoneamento ambiental do Estado.
- B) promulgar as leis de preservação, conservação, fiscalização e controle do meio ambiente.
- C) promover e homologar a demarcação de reservas indígenas.
- D) coordenar e fiscalizar a execução das atividades de gestão da fauna silvestre no território do Estado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 41

No que concerne aos direitos e garantias fundamentais tratados pela CRFB/1988, é correto afirmar:

- A) Os direitos são vantagens conferidas às pessoas e que limitam o Estado na sua atuação, já as garantias fundamentais são instrumentos, mecanismos que asseguram ou mesmo sanam os direitos em questão, quando não estiverem sendo respeitados.
- B) Os direitos compreendem um conjunto de normas processuais que viabilizam a aplicação das garantias fundamentais.
- C) O *Habeas Corpus* é uma espécie do gênero Direitos Fundamentais.
- D) Os Direitos são normas de natureza processual que visam promover a aplicabilidade ou a efetividade das normas de direito material de que tratam as garantias fundamentais.

Questão 42

Em relação à ação declaratória de Inconstitucionalidade, assinale a opção correta.

- A) O Presidente da República, a mesa do Senado Federal, os partidos políticos, a Mesa da Câmara de Deputados e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil são legitimados para propor a referida ação.
- B) É possível a participação de *amicus curiae*, hipótese em que o relator do processo irá considerar a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes.
- C) A decisão poderá ter eficácia interpartes, podendo ter seus efeitos *ex tunc* ou *ex nunc*, por motivos de segurança jurídica e excepcional interesse social.
- D) O Presidente da República, a mesa do Senado Federal, os partidos políticos, o Procurador da República, as Confederações sindicais são legitimados para propor a referida ação.

Questão 43

A respeito da execução contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- A) Na execução por quantia certa, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em dez dias e, caso não seja feita a oposição no prazo legal, o juiz solicitará o pagamento através do Tribunal de Contas.
- B) Na execução por quantia certa, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 dias e, caso não seja feita a oposição no prazo legal, o juiz solicitará o pagamento através do Tribunal de Contas.
- C) Na execução por quantia certa, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em dez dias e, caso não seja feita a oposição no prazo legal, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do Tribunal de Justiça.
- D) Na execução por quantia certa, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 dias e, caso não seja feita a oposição no prazo legal, o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do Tribunal Competente.

Questão 44

De acordo com os princípios do Direito Ambiental, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da prevenção é aquele que impõe ao poluidor tanto o dever de prevenir a ocorrência de danos ambientais, quanto o de reparar integralmente eventuais danos que causar.
- B) O princípio do desenvolvimento sustentado é aquele que determina a harmonização entre o desenvolvimento econômico, social e a garantia de perenidade dos recursos ambientais.
- C) O princípio da precaução ou princípio da prevenção, como também é chamado, incide quando se há incerteza científica sobre a possibilidade de determinada conduta causar um dano ambiental.
- D) O princípio do usuário-pagador, embora defendido por ambientalistas do mundo todo, não é aplicado no Brasil.

Questão 45

Antes da CRFB/1988, o Brasil tinha poucos textos regulando a matéria ambiental. A vinda da Carta Magna trouxe grandes mudanças nesse aspecto, sendo a principal aliada da proteção do meio ambiente. Nesse contexto, a CRFB/1988 estabeleceu como comando, EXCETO que:

- A) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei estadual, do contrário, não poderão ser instaladas.
- B) as condutas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores também a sanções penais, inclusive se cometidas por pessoa jurídica.
- C) são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- D) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente na forma da lei.

Questão 46

No que diz respeito à responsabilidade civil por danos causados ao meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- A) A responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e, para que seja ao poluidor imputada tal responsabilidade, faz-se necessário a observância de conduta, dano e nexo de causalidade, como, por exemplo, nos casos de acidentes nucleares.
- B) Nos casos em que o dano for cometido por decisão do representante legal da empresa, a responsabilidade da pessoa jurídica não obsta a responsabilidade dos partícipes do mesmo fato.
- C) O sujeito responsável pela reparação do dano, o poluidor, pode ser tanto pessoa física quanto pessoa jurídica, sendo que para aquela a responsabilidade será subjetiva, devendo constituir prova, e para esta a responsabilidade será objetiva, em qualquer situação.
- D) Nos casos em que o dano for cometido por decisão do representante legal da empresa, a responsabilidade é da pessoa jurídica, excluindo-se assim a da pessoa física.

Questão 47

Andressa Maria promoveu ação cautelar de sequestro de uma lancha, que foi objeto de sentença condenatória em ação reivindicatória, que determinou a entrega do bem à requerente. A sentença foi submetida à apelação e foi recebida no duplo efeito. Ocorre que a requerente reside próximo ao requerido e observou que este vem apresentando condutas com a finalidade de dilapidar o bem com intuito de tornar a sentença de primeiro grau ineficaz e frustrar a requerente. Com relação ao que foi exposto, é correto afirmar:

- A) A sentença de primeiro grau e o receio da requerente formam elementos suficientes para a concessão da cautelar.
- B) A litigiosidade do bem não é pressuposto para a admissão da cautelar, desde que haja prova de que o bem corre risco de perecer.
- C) Se indeferida a liminar na cautelar de sequestro, o único recurso cabível é o agravo retido, pois trata-se de decisão interlocutória.
- D) Se indeferida a liminar na cautelar de sequestro, o recurso hábil é o agravo de instrumento, pois trata-se de decisão interlocutória, devendo ser alegada a lesão grave e de difícil reparação.

Questão 48

Sobre o Mandado de Segurança, assinale a opção correta.

- A) É cabível para a cobrança de parcelas vencidas, desde que haja o respeito ao sistema de precatório.
- B) Admitirá a dilação probatória, nos casos de recusa da Administração em prestar as informações sobre os fatos.
- C) O prazo para o seu cabimento é de 120 dias e tem natureza decadencial, e não prescricional.
- D) É cabível contra ato de presidente de associação de bairro.

Questão 49

Márcio ingressou com processo administrativo na prefeitura de seu Município, com a finalidade de ver aprovada a reforma de seu prédio residencial. Após análise, o Município expediu ato decisório com, simplesmente, o seguinte teor: "Indefiro". Tal ato foi oficialmente publicado no diário oficial municipal. Márcio protocola pedido de vistas do processo, o qual lhe é negado sob o argumento de que o princípio da publicidade já fora devidamente atendido com a feitura da publicação oficial. Márcio, então, ingressa com medida judicial reivindicando a invalidação dos dois atos administrativos (indeferimento do projeto e do pedido de vistas) por serem contrários ao direito. Marque a alternativa correta.

- A) O indeferimento do projeto de reforma residencial deverá ser mantido por não haver ilegalidade na decisão, além do fato de que tal decisão está inserta no âmbito do poder discricionário da Administração. Quanto à denegação do pedido de vistas, deverá ser invalidado pelo Judiciário, por violação ao princípio da publicidade.
- B) O indeferimento do projeto de reforma residencial deverá ser mantido, por não haver ilegalidade na decisão, além do fato de que tal decisão está inserta no âmbito do poder discricionário da Administração. Quanto à denegação do pedido de vistas, não deverá ser invalidado pelo Judiciário, uma vez que restou atendido o princípio da publicidade com a realização da publicação oficial, não havendo o que ser reclamado.
- C) O indeferimento do projeto de reforma residencial deverá ser invalidado, por violação ao princípio da impessoalidade. Quanto à denegação do pedido de vistas, não deverá ser invalidado pelo Judiciário, uma vez que restou atendido o princípio da publicidade com a realização da publicação oficial, não havendo o que ser reclamado.
- D) O indeferimento do projeto de reforma residencial deverá ser invalidado, por violação direta ao princípio da motivação. Quanto à denegação do pedido de vistas, deverá ser invalidado pelo Judiciário por violação ao princípio da publicidade, visto que a publicação oficial não esgota os deveres decorrentes desse princípio de envergadura constitucional.

Questão 50

Com base na reforma administrativa trazida pela Emenda Constitucional nº 19/1998, a qual introduziu o instituto do contrato de gestão, no art. 37, § 8º, o prefeito do Município de Catolé do Rocha envia mensagem à Câmara de Vereadores, na qual propõe a criação de uma lei que autorize o firmamento de um contrato de gestão com os fiscais da fazenda de carreira do Município, cujo objeto era instituição da nova espécie de remuneração da referida categoria, em que os vencimentos seriam compostos de uma parte fixa e outra variável, vinculada à produtividade verificada mensalmente e também ao efetivo aumento da arrecadação. Considerando esse projeto de lei, marque a opção correta.

- A) O projeto padece de inconstitucionalidade formal, por violação de regra de competência relacionada à iniciativa.
- B) O projeto padece de inconstitucionalidade material, por violação da regra constitucional que inadmite a vinculação remuneratória dos servidores públicos.
- C) O projeto padece de inconstitucionalidade material, por usurpação do poder regulamentar.
- D) O projeto é constitucional, com fundamento no princípio da eficiência e da modernidade do Estado.

Questão 51

Um grupo de jovens do alto escalão da sociedade carioca começa a fazer cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, no jardim da casa de um deles. Nesse caso concreto, a União, tomando ciência do ocorrido, deverá proceder da seguinte forma:

- A) Irá desapropriar parte da propriedade em que houve o cultivo, pagando uma indenização prévia, justa e em dinheiro.
- B) Terá que desapropriar parte da propriedade em que houve o cultivo, pagando uma indenização, mas sem ser justa.
- C) Terá que desapropriar de forma punitiva toda a propriedade, sem o pagamento de indenização.
- D) Não desapropriar e, como punição pelo cultivo, aplicará uma multa no valor do imóvel.

Questão 52

Com relação à competência das concessionárias, assinale a alternativa correta.

- A) Detêm competência para declarar bens de utilidade pública, para fins de desapropriação, desde que vinculados à prestação do serviço público de que é titular.
- B) Podem promover desapropriação, inclusive, constituir servidões administrativas, dentro dos termos legais.
- C) Não podem promover desapropriações, cuja competência é exclusiva do poder concedente.
- D) Não podem promover desapropriações, salvo se houver autorização legislativa específica, por meio de Decreto Legislativo.

Questão 53

Acerca da absolvição de funcionário público, em processo criminal, pela prática de crime funcional, assinale a opção correta.

- A) Exclui, sempre, a condenação administrativa.
- B) Afasta a responsabilidade administrativa, se motivada pela comprovação da inexistência do ato imputado ao funcionário.
- C) Não exclui a condenação em sede administrativa, se motivada pela comprovação da negativa de autoria do ato pelo funcionário.
- D) Afasta a condenação administrativa, se motivada pela ausência de dolo.

Questão 54

Sobre os princípios aplicáveis às concessões de serviços públicos, marque a alternativa correta.

- A) O princípio da atualidade implica adoção, pela concessionária, de técnicas e equipamentos modernos na prestação dos serviços públicos, além da realização da manutenção corretiva e preventiva de todo o sistema.
- B) O princípio da cortesia determina que os serviços sejam gratuitos aos que deles necessitem.
- C) O princípio da modicidade da tarifa implica que o total de uma conta não possa superar o valor de um salário mínimo regional.
- D) O princípio da continuidade impede a suspensão ou interrupção dos serviços públicos, em qualquer hipótese.

Questão 55

O Presidente da República nomeou e empossou um diretor do Banco Central – autarquia federal – sem consultar o Congresso Nacional, alegando urgência no preenchimento do cargo. Diante do ato do Presidente, marque a alternativa correta.

- A) Praticou ato ilícito, por converter um ato administrativo complexo em ato administrativo simples, com violação direta à Constituição Federal.
- B) Praticou ato lícito que se encontra nos limites da sua discricionariedade, uma vez que a Constituição não estabelece condições para a nomeação de cargo em comissão, segundo recente entendimento firmado pelo STF.
- C) Praticou ato ilícito, por violar o princípio da proporcionalidade.
- D) Praticou ato lícito, pois o cargo requer a aprovação prévia em concurso público.

Questão 56

Sobre a Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) A Administração Direta é hierarquicamente superior à Administração Pública Indireta.
- B) Os órgãos são unidades administrativas despersonalizadas, porém detentoras de patrimônio próprio e autonomia gerencial.
- C) A descentralização é um fenômeno jurídico que pressupõe a transferência de competência para sujeitos de direito diferentes dos entes políticos.
- D) A desconcentração é o fenômeno de distribuição de competências destinado à criação de órgãos ou entidades.

Questão 57

Assinale a opção que estiver integralmente correta, quanto às entidades ou pessoas jurídicas adiante indicadas e conceituadas que integram a chamada Administração Pública Federal Indireta.

- A) Autarquia: serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita própria para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- B) Fundação pública: entidade dotada de personalidade de direito público, sem fins lucrativos, criada por lei ou decreto para a realização de atividades de interesse público de caráter não econômico.
- C) Empresa pública: entidade de direito público, mas com personalidade de direito privado, criada para exercer atividade econômica em regime de monopólio estatal.
- D) Sociedade de economia mista: entidade criada por lei ou por decisão de acionista majoritário, tomada em assembleia especialmente convocada para esse fim, com personalidade jurídica de direito privado, destinada a exercer atividade econômica não monopolizada, podendo revestir qualquer das formas societárias legalmente permitidas.

Questão 58

Em relação ao poder regulamentar, assinale a alternativa correta.

- A) Poderá inovar na ordem jurídica, criando deveres e obrigações para os administrados.
- B) Necessariamente será exercitado por meio de lei delegada, já que somente assim poderá o Executivo inovar na ordem jurídica vigente.
- C) Poderá ser exercitado, ainda que não haja lei prévia, já que o administrador não poderá ficar vinculado à vontade do poder Legislativo.
- D) Depende, para o exercício do poder regulamentar, da existência de lei prévia, uma vez que tal poder tem a finalidade de conferir efetiva aplicabilidade à lei.

Questão 59

No que tange ao poder de polícia, é correto afirmar:

- A) Embora inerente ao Direito Administrativo, o poder de polícia possui conceituação legal no CTB (Código de Trânsito Brasileiro).
- B) Pode-se dizer que o poder de polícia pode ser tanto discricionário quanto vinculado, a depender do ato administrativo a ser praticado.
- C) Há excesso de poder quando o agente se afasta do interesse público que deve nortear o desempenho do ato administrativo.
- D) Há desvio de poder quando o agente atua fora dos limites de sua competência.

Questão 60

Declarada administrativamente a interdição de uma boate, deve a administração:

- A) executar a punição, independente de autorização judicial, apenas quando o ato for composto.
- B) obter autorização judicial para efetivação da pena, sempre que o ato for vinculado.
- C) obter autorização judicial para efetivação da pena, antes, o contraditório e a ampla defesa, sempre que o ato for discricionário.
- D) executar a punição diretamente, sem a necessidade do crivo do poder Judiciário.

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija TEXTO DISSERTATIVO com, no mínimo, 20 e, no máximo, 25 linhas, em modalidade e limites solicitados, em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema: MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: O QUE FAZER EM PROL DA VIDA?

Texto 1

Transporte rodoviário atropela natureza em Minas e deixa rastro de destruição

Diante do horrendo Holocausto Vegetal em Rolândia, o Ministério Público exigiu que a Secretaria de Meio Ambiente seguisse o Código Ambiental do Município. Contudo, os fatos demonstram que a Secretaria não conhece (ou não entende) o espírito desta importante Lei! Em pouco mais de dois anos, um número incalculável de árvores sadias, sobretudo Sibipirunas (madeira de lei nativa da Mata Atlântica) foram incineradas em Caldeiras e Fornos de carvão. [...]

Disponível em blogdopaulofarina.blogspot.com. Acesso em 25/09/2013.

Texto 2

[...]
Menos aparente que os acidentes que se sucedem nas estradas brasileiras, a deterioração do meio ambiente no entorno das pistas é outro efeito da precariedade do transporte de cargas e passageiros no país e especialmente em Minas, dono da maior malha viária do Brasil (16% do total). Com 60% da produção nacional escoada por rodovias, o país sofre em escala maior com a emissão de gases, acidentes que resultam em vazamento de produtos químicos, descarte incorreto de substâncias por parte de estabelecimentos instalados nas estradas e mesmo atropelamentos de animais silvestres.

Os impactos podem ser medidos pelo que ocorre em Minas. De 2010 a 2012, por exemplo, 92% dos 287 vazamentos de produtos tóxicos e poluentes registrados pela Diretoria de Emergências Ambientais do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) ocorreram no transporte – contra 8% provocados por indústrias e outras atividades. Só o meio rodoviário respondeu por 84% dessas ameaças a rios, lençóis freáticos e ecossistemas. O quadro é agravado pela falta de adoção ou fiscalização de medidas que poderiam minimizar problemas, como mostra o Estado de Minas a partir de hoje em série de reportagens sobre o impacto do transporte sobre a natureza.

PARREIRAS, Mateus. *Transporte rodoviário atropela natureza em Minas e deixa rastro de destruição*. Postado em 24/06/2012. Disponível em www.em.com.br. (Fragmento)

Texto 3

O progresso

Eu queria poder afagar uma fera terrível
Eu queria poder transformar tanta coisa impossível
Eu queria dizer tanta coisa
Que pudesse fazer eu ficar bem comigo
Eu queria poder abraçar meu maior inimigo
Eu queria não ver tantas nuvens escuras nos ares
Navegar sem achar tantas manchas de óleo nos mares
E as baleias desaparecendo
Por falta de escrúpulos comercias
Eu queria ser civilizado como os animais

[...]

Roberto Carlos. Disponível em www.kboing.com.br. Acesso em 25/09/2013.

RA SCUNHO